

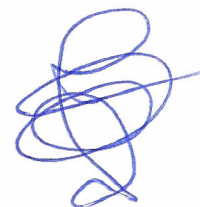
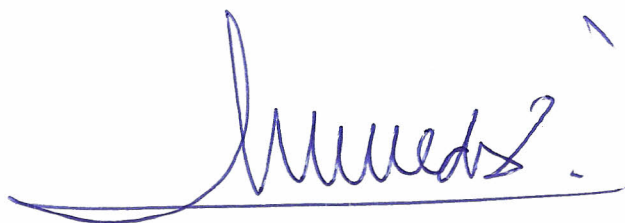
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ACESSIBILIZAÇÃO – VISANDO SENSIBILIZAR E MOSTRAR A LEGISLAÇÃO VIGENTE, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de Setembro de dois mil e dezoito, teve início a Audiência Pública sobre Acessibilização – visando Sensibilizar e mostrar a Legislação Vigente. O Cerimonialista **Jorge Luis Rosa Carneiro** iniciou a Audiência saudando os presentes, pediu a colaboração do Vereador Fred Procópio para recepcionar os convidados para compor a mesa principal: a Representante do Ministério Público Sr.^a Fátima Morgado, a Arquiteta representando a Defesa Civil Sr.^a Maria Luiza, e o representante da BIOMOB - o Sr. Valmir de Souza. Apresentou o tema da Audiência, de grande relevância, a acessibilização e esclarecimentos sobre a legislação pertinente ao assunto. Assim, sob o comando da Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso, de acordo com edital desta comissão com duas publicações nos jornais de grande circulação em nosso Município. Nesse encontro buscou-se colocar em prática o assunto de inclusão social, uma vez que as Leis representam um fértil caminho para a promoção da igualdade social. Passou a palavra para o Vereador **Marcelo da Silveira**, que saudou a todos na plenária, na mesa e a todos que assistem pela TV Câmara. Comentou da satisfação de conduzir este trabalho, comunicou aos senhores que esta Audiência Pública estava sendo transmitida pela TV Câmara e registrada em Ata que, posteriormente, será publicada na página eletrônica do Legislativo Municipal. Afirmou ter Deficiência desde os seis meses de idade e ter consciência dos meus direitos. Sempre procurei me informar e estudar os meus direitos, principalmente, o direito de ir e vir, não é só da pessoa com deficiência e de todos nós. Informou ter verificado que nossa cidade, Petrópolis ser reconhecida na conferência Nacional da Pessoa com Deficiência em Brasília, como uma das cidades que tem a maior empregabilidade da pessoa com deficiência. Direcionou seu agradecimento ao Ministério do Trabalho, por sua seriedade e eficiência na fiscalização. Deveríamos ter mais pessoas inseridas no mercado de trabalho, se não fossem tantas as dificuldades dessas pessoas saírem de suas casas, a dificuldade de chegar até um ponto de ônibus, de encontrar um ônibus adaptado ou até mesmo ter a sorte de encontrar um ônibus com elevador que funcione. Alegou que a Cidade Histórica, com patrimônios tombados, proporcionando, às vezes, uma simples porta de 60 centímetros o que dificulta a passagem de uma cadeira de rodas de 70 a 80 centímetros. A Sra. Aline, cadeirante, há muito tempo sabe do que estou falando, porque esta porta de 60 centímetros tem uma história e a pessoa com deficiência, onde está essa história? Será que esta porta é mais importante que nossa história? Continuou dizendo que nem todos nós nascemos com deficiência, eu não nasci com deficiência e tenho uma história porque sou deficiente, e assim tem o Sr. Marcio, tem o Sr. Luciano e a Sra. Aline, e também a todos com o mesmo problema que estão nos assistindo. Antes de estar como Vereador, estive a frente de uma instituição de que sempre lutou pela empregabilidade da pessoa com deficiência. Verifiquei que os cadeirantes, o Sr. Luciano e a Sra. Aline, só conseguiam fazer suas compras do lado de fora das lojas, não têm o direito de entrar para escolher o que desejam comprar por falta de acessibilidade. Como Vereador da uma Câmara Municipal, fui eleito e muito votado pela população Petropolitana. Logo que assumi o meu cargo de Vereador constatei que a entrada da pessoa com deficiência é pela garagem e não pela frente, ora quem entra pela garagem é carro – o deficiente tem que entrar pela porta da frente como todos entram. Enquanto estiver aqui, irei lutar sim para que possamos ter acessibilidade independente de ser prédio histórico. Informou que são cerca de 52mil pessoas com algum tipo de deficiência. Comunicou que as pessoas costumam achar um absurdo, mas se perguntarmos ao Sr. Marcio Presidente

da Associação dos Deficientes Visuais, ele vai dizer onde estes deficientes estão. Afirmou saber onde eles estão e se encontram presos dentro de suas casas, porque não tem corrimão, uma rampa, não tem condições de chegar ao ponto de ônibus, ficam dependentes de pessoas para levá-los até determinados locais e nem todos tem ajuda. Viemos aqui para discutir junto aos profissionais que aqui estão presentes o que podemos fazer por estas pessoas, pois, deficiente não é isento de impostos, ele paga suas contas como todos e tem o direito de viver sua vida normal com outras pessoas. Passou a palavra para o Vereador **Fred Procópio**, que cumprimentou a todos os presentes. O Vereador Marcelo quando me convidou para estar aqui hoje estava fazendo a transição da secretaria de Meio Ambiente, mas fez questão de estar aqui, porque esta bandeira, diferentemente de outras bandeiras políticas que todo o político tem, essa é uma bandeira sua de vida, é um prazer participar um pouco de sua vivência e que você representa com tanta legitimidade. Encerrou sua fala, pois, desejava ver as apresentações e ver como meu convívio no executivo pode contribuir e discutir a questão da acessibilidade. Passou para o uso da palavra a Sra. **Fatima Morgado** que representa o Ministério do Trabalho, sou auditora do Ministério do Trabalho e responsável pela cobrança da inserção das pessoas com deficiência as empresas desde 2011, é um trabalho que gosto muito, me dá grande satisfação. O ministério do trabalho exige a cota das empresas que possuem a partir de 100 empregados na matriz ou nas filiais. Informou que em nossa circunscrição que são 10 municípios temos com essa característica, em torno de 90 empresas, exigimos a cota, concedemos prazos para se regularizarem, e não havendo regularização, autuamos por não ter a cota e também autuamos quando a empresa demite a pessoa com deficiência antes de contratar outra para atuar no lugar. Ocorrerão situações onde a empresa contratava para a fiscalização, depois de feita a fiscalização concluída a pessoa era demitida. Em relação à acessibilidade o Ministério do Trabalho não estava atuando, mas o projeto é que iniciemos as fiscalizações no ambiente e trabalho lavrando os altos a partir de 2019. O Vereador **Marcelo da Silveira** agradeceu ao, Ministério do Trabalho e parabenizou o belíssimo trabalho que vocês vem realizando. Passou a palavra para Sra. **Maria Luiza**, representante da Defesa Civil, Arquiteta e agradeceu o convite. Fomos procurados pela Diretora da Escola Paula Buarque, que é um dos pontos de apoio em caso de chuvas e em época de situações de desastre, é uma escola modelo da defesa civil. Foi lançado projeto de "Defesa civil nas escolas". A escola faz parte do projeto do Governo do Estado sobre acessibilidade e receberam verba para melhoria na acessibilidade, a escola fica em Itaipava, no alto de um talude, tem uma escadaria de acesso. Fizemos, eu e a estagiaria Carina, um levantamento da situação e quais as melhorias poderiam ser feitas. Na época, Constatamos que a escola tem rampa e escada e fica bem a margem da rodovia, os degraus eram irregulares e com alturas diferentes, o que consideramos uma altura ideal é um espelho em torno de 15 a 17 cm, a escada apresentava desgaste do material de revestimento à largura do degrau de piso para o pé também não era padronizado e adequado, somente tinha guarda corpo de um lado, a drenagem somente na parte posterior e a água descia pelos degraus, fazendo uma vala, trazendo assim um risco para a segurança na circulação das crianças, além de toda a quantidade de degraus para subir. O acesso ideal seria em rampas. A rampa deveria obedecer às normas de acessibilidade da NBR90-50, que é de acordo com a inclinação do talude, com a altura a ser vencida, senão não há condições de uma cadeira de rodas subir. E teria que fazer um corte no talude e isso significa uma despesa muito alta, então optamos em fazer uma melhoria, a imagem mostra o tamanho do espaço que precisamos para fazer uma rampa no lugar da escada, a escada precisa de muito menos espaço para vencer uma altura do que a rampa. Nesta escola não tinha condições de fazer uma acessibilidade total, não constava que nesta escola há crianças com deficiência, mas ninguém está livre de uma limitação

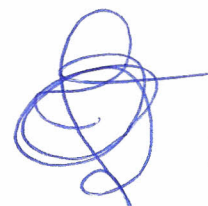
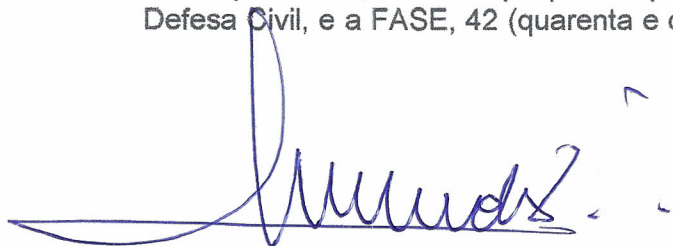
temporária e ter que vencer este acesso. Então, reduzimos a quantidade de degraus, prolongando a rampa, também poderia ser feita uma plataforma elevatória, mas tanto a plataforma quanto a rampa teria um custo muito alto, fizemos, portanto uma melhoria com a verba disponível. A ideia é que passe a se pensar de uma maneira mais adequada de acessibilidade nas escolas. A Sra. **Ana Helena** da Comissão de Acessibilidade da Fase. Cumprimentou a todos e agradeceu o convite para essa Audiência. Como representante a Comissão de Acessibilidade da Faculdade Dr. Sá Earp Neto da Faculdade de Medicina de Petrópolis ajudei a criar esta comissão, há dois anos, justamente pela importância do tema, pois acreditei que não basta apenas dar acessibilidade, mas trabalhar a inclusão e a permanência deste aluno e dos nossos convidados, porque a instituição está sempre de portas abertas com eventos e achamos fundamental a discussão. Auxiliei a buscar os espaços acessíveis desta cidade e principalmente a questão de acesso a chegada. A função dessa Comissão, que se reúnem mensalmente, é de apresentar relatórios de melhorias, trabalhando principalmente com acessibilidade atitudinal, porque sem atitude do outro com a pessoa com deficiência não teremos mudanças, há uma cartilha com todos os funcionários, treinamentos em libras para fazermos um pequeno e primeiro atendimento a pessoa e sempre a acessibilidade assistida. Passou a palavra para convidado especial Sr. **Valmir de Souza**, conselheiro de mobilidade e transporte de São Paulo, consultor de acessibilidade da BIOMOB – “Soluções Inovadoras para Acessibilidade” e fundador da ONG “Giro Inclusivo”, é também fisiologista pós-graduado em esportes adaptado. Apoiou o vereador **Marcelo**, era uma referência, não só em Petrópolis, mas uma referência nacional. A minha empresa é baseada em Petrópolis há quatro anos no bairro Quitandinha. Aqui, advertiu que há um Vereador preocupado com o tema história e é tão importante nos aprofundarmos sobre a temática da acessibilidade e inclusão, porque Petrópolis tem muita história. Começou a olhar para o tema acessibilidade e inclusão na década de quarenta, pós-guerra, principalmente, nos Estados Unidos que começou a preocupar-se um pouco mais, como uma meia culpa, pois voltavam mutilados em cadeiras de rodas e foi a ai que surgiu a convenção dos Direitos Humanos da ONU, foi a primeira vez que começou a se falar de direito, até então a pessoa com deficiência era conhecida como aleijada, incapaz, e a leitura foi mudando, vem aumentando e melhorando e até humanizando no passar dos anos. Criamos, pela minha Empresa, um programa que se chama “Acessibilização – acessibilizar e sensibilizar”, conscientizar e principalmente legislar a favor da pessoa com deficiência. Existia um ciclo, que se chama ciclo da invisibilidade, as pessoas com deficiência não conseguem sair de casa, se saem não são notadas, não são reconhecidas como membros da sociedade e nada é feito a seu favor. A pessoa com deficiência não está na escola, na faculdade ou no trabalho, porque nada se faz a favor dela. Desde 2004 existe uma normatização da ABNT que toda nova edificação, toda reforma de edificação precisa prover acessibilidade de 100%, não existe meia acessibilidade, não existe acessibilidade parcial. As pessoas não estavam frequentando as lojas, os hotéis, o Teatro D. Pedro que é maravilhoso, a Câmara Municipal, porque não há condições, existe uma questão de dignidade a pessoa deficiente, que não pode só entrar pela porta dos fundos, precisam entrar pela porta da frente como todo cidadão. Alguns números são alarmantes, existe um bilhão de pessoas com deficiência no mundo, uma a cada sete na população, só no Brasil são quarenta e cinco milhões segundo dados do IBGE de 2010. Em Petrópolis, existem dois estudos, um se chama PNS (Programa Nacional de Saúde) giram em torno de 28.000 (vinte oito mil), e os dados do IBGE gira em torno de 69.000 (sessenta e nove mil), e onde estão essas pessoas? Não acredito em nenhum desses números, os números do IBGE mostram o quanto o tema é negligenciado, o quanto o tema tem que receber um carinho e atenção maior, se fosse uma pessoa em 1.000.000.000 (um bilhão) ela precisa de dignidade do mesmo jeito. Tivemos uma campanha “Brasil

acessível" que faz, exatamente, o que viemos fazendo, conscientizar os Municípios e as empresas. O Brasil não precisa de mais Leis, a lei de cotas tem 28 (vinte e oito) anos e tem empresas que ainda não as cumpre. Há empresas que ainda são autuadas e as empresas argumentam que não conseguem contratar, pois, claramente, não vão conseguir, se as pessoas não conseguem estudar, como vão trabalhar se não conseguem pegar o ônibus ou se locomover nas calçadas, como vão chegar a escola ou ao trabalho. Acessibilidade e autonomia ter que carregar alguém na cadeira de rodas para entrar em algum lugar, não é autonomia, e não é acessibilidade. Fizemos um estudo de amostragem no centro da cidade que foi recentemente reformada, e mesmo assim, visitamos 50 (cinquenta) lojas e menos de 10% tinham acessibilidade, o maior argumento destes lojistas é a questão do tombamento. Na época, convidamos os IPHAN, CREA, INEPAC e várias instituições, para debater conosco, propondo soluções. Não gostaríamos de sair desta audiência sem solução, sem propostas; não viemos para usar a Câmara como um muro de lamentações, para reclamações, criar problemas, queremos buscar soluções. A legislação fala que 2% das vagas de estacionamentos público são destinadas as pessoas com deficiência, a maior concentração dessas vagas está na Rua Teresa e a menor concentração de lojas adaptadas também está na Rua Teresa, ou seja, o cadeirante vai até a Rua Teresa e pode estacionar, só não pode entrar numa loja nem andar nas calçadas. Estas Políticas Públicas que vem sendo criadas principalmente em Petrópolis precisam contemplar a mobilidade, o transporte, a iniciativa privada e a FIRJAM. Todos esses órgãos precisam trabalhar em conjunto para isso seja fundamental o trabalho que a FASE vem fazendo e outras Universidades e Faculdades da região também praticam. Eles têm que participar deste processo para se criar uma nova Petrópolis, uma cidade de Petrópolis mais inclusiva. Não podemos alterar os prédios tombados, abrir mão de toda história do país, mas também não podemos permitir que essas pessoas continuem sendo excluídas, continuem reclusas em suas casas sem ter acesso. Fui a um evento no Teatro D. Pedro, apresentação de um coral, se fossem Aline ou Luciano não conseguiriam entrar, não tinha lugar reservado. Há uma entrada lateral, mas não há vagas reservadas. Visitamos também o Centro de Saúde que fica no alto do morro, com vários degraus, ou seja, a exclusão está até na saúde. O Governo Federal oferecia incentivo para os municípios que têm dentro dos seus códigos de postura a criação de rotas acessíveis e essa é a minha primeira proposta. Todos os serviços públicos e todas as áreas de grande circulação precisariam criar rotas acessíveis. Em Petrópolis, há muitas regiões que nem calçadas têm, pontos de ônibus sem calçadas e o cadeirante é obrigado a circular pela rua. O exemplo da minha cidade, São José dos Campos, onde há um programa que se chama "Calçada Cidadã", que conscientiza todos os munícipes de que a calçada tem que ter um padrão, com tipo de piso e largura adequada. Não poderíamos trocar as calçadas de Petrópolis, mas as calçadas novas deveriam respeitar um padrão acessível. Quanto à questão das vagas, Petrópolis tem mais que 2% a mais do que a lei pede. O problema era de que a legislação falha, no seguinte sentido, de que a maioria das vagas que estão concentradas na Rua Teresa, e nas regiões de um hospital como Centro de Saúde. Declarou ser preciso ter uma releitura dessas vagas, uma readequação para que o cadeirante possa desembarcar muitas vezes as vagas nem estão do lado certo da rua. Informou ser necessário um estudo técnico mais aprofundado para que isso seja feito. No município como Petrópolis que tem a base do PIB no turismo não pode negligenciar a acessibilidade, se pensarmos que em 2030 mais da metade da população vai ser de idosos, estamos desprezando o idoso como um turista de Petrópolis, o cadeirante, o cego, a mãe com carrinho de bebê e a gestante, esse público movimenta o turismo. Existe uma regulamentação de um artigo, o artigo 45 da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), Lei Federal auto-aplicável, não depende de uma legislação específica do município, ela acabou de regulamentar o artigo 45 que toda



rede hoteleira posterior a 2004. O respectivo artigo dispunha de que há quatro anos para se adequar a acessibilidade, adequação simples, apenas 10% dos quartos, os hotéis mais antigos como a maioria em Petrópolis tem até 2022 para se adequar. Informou que até lá criemos mecanismos de fiscalização e a lei seja cumprida através do ministério público, a rede hoteleira que posterior a 2004 tem 24 horas para se adequar. Salientou que se faz necessário a criação de uma normatização, pois Petrópolis virou um celeiro de eventos, não vejo acessibilidade nos eventos, tem-se que prover acessibilidade, com banheiro, área de estacionamento, para que o turista e o munícipe possam participar. Por fim, dever-se-iam orientar do comércio e rede de restaurantes para adequação e promoção da acessibilidade. Não havendo fiscalização há negligência dos arquitetos e engenheiros, por isso convidamos o CREA e outros órgãos, pois, eles assinam a ART, por ser um documento que atesta que aquela obra foi feita respeitando as normas da ABNT, precisamos fiscalizar. Alegou que a expressão "necessidade especial", quer dizer - comer, beber, ir ao cinema, ao teatro são necessidades básicas de subsistência que precisam ser respeitadas. Afirmou que é para isso Vereador Marcelo a legislação precisa ser otimizada, o código de postura pouco fala de acessibilidade, a licitação de ônibus pouco faz, temos um terminal onde um cadeirante para fazer o embarque precisa dar uma volta inteira no terminal, isso quando o elevador desse ônibus funciona. Assegurou que esses são alguns tópicos, pois, poderíamos falar sobre acessibilidade da informação, acessibilidade na saúde, acessibilidade pedagógica com professores preparados para receber esses alunos, e também acessibilidade da empregabilidade que é um tema relevante, muitos municípios hoje trabalham com PPP (Parceria Público Privada) para que as empresas que precisam cumprir a cota auxiliem o município a melhorar a acessibilidade, porque essa parceria é importante, temos a falsa impressão que tudo dá errado é culpa da Prefeitura isso não é verdade, temos o exemplo, vimos várias calçadas que foram feitas por empresas, por comércio ou até por um munícipe, é importante que haja existe. Encerrou a fala com três questões: humanizar; a legislação existe e precisa ser cumprida e por último está se desprezando um contingente enorme que é um consumidor como outro qualquer que é ávido de oportunidades. O Vereador **Marcelo da Silveira** agradeceu e ressaltou que muitos convidados como SETRANSPETRO, secretaria de obras entre outros não se encontram, que nem tudo é governo, mas em muitas causas dependem de uma ação do prefeito. Advertiu que esse problema não é de hoje, não é desse governo, vem desde sempre. O Vereador professor **Leandro Azevedo** fez o uso da palavra, agradeceu ao Vereador Marcelo, por ter permitido a ele entrar também nessa luta, destacou que Petrópolis é uma cidade das mais importantes do mundo e uma das piores em acessibilidade. Enfatizou que como professor se preocupa com essas questões dentro da escola. Que em muitas situações, uma turma toda, às vezes, havia de ser trocada de sala, por não ter acessibilidade para uma criança deficiente. Realçou de seu apoio a essa questão e parabenizar a sua luta Vereador, que é como um exemplo para mim e, sobretudo para as pessoas que lutam pela causa. O Vereador **Fred Procópio**, saudou a todos. Na minha passagem pela secretaria de meio ambiente, notei que os setores de proteção ao patrimônio histórico padecem de uma falta de habilidade em conciliar o desenvolvimento e a preservação. Notou que o patrimônio histórico sofre como preservar e desenvolver. Afirmou que fala em desenvolvimento, não falo somente no desenvolvimento econômico, mas também em desenvolvimento da própria sociedade, observem como Petrópolis era antes e como é agora, as necessidades são outras, a população é um organismo vivo e a cidade é estática, está parada no tempo, precisamos pensar em algumas medidas. Enquanto ouvia a fala de todos me ocorreram algumas ideias para conscientizar a população, como a CPTrans faz com aqueles carros acidentados expostos no centro histórico, sugeri a criação uma campanha semelhante, colocando cadeiras de rodas quebradas ao longo de

escadarias, como a que temos nessa casa, tudo isso para simbolizar a vulnerabilidade da pessoa com deficiência em situações como essas. Ressaltou que, presidente, o Secretario de Planejamento se colocou a disposição para apresentar aos senhores o projeto das "calçadas acessíveis" que o governo municipal vem desenvolvendo. Agradeço novamente a Vossa Excelência o convite e oportunidade. O Vereador **Marcelo da Silveira** protocolizou nesta casa legislativa um projeto de lei onde a pessoa com deficiência, poderia usar um cartão que comprove sua deficiência estacionar no local mais próximo e de fácil acesso, sem precisar parar em vagas marcadas, estamos aguardando a tramitação e saindo para a votação, tenho certeza de seu voto favorável e dos demais vereadores aqui presentes. Alegou ser a discussão aqui é bem longa e não adianta fazer audiência pública e nada sair do papel. A Vereadora **Gilda Beatriz**, tomou a palavra e cumprimentou a todos. Como fui por quatro anos presidente desta comissão, vejo que falta muita vontade política porque quando tem vontade do poder executivo e do prefeito as coisas começam a acontecer, precisamos cobrar que o executivo faça mais, só quem tem deficiência sabe o quanto é difícil o acesso. Há de se brigar muito, venho discutindo muito com IPHAN, o que é mais importante o ser humano ou patrimônio histórico, precisa-se de uma adequação na acessibilidade, e na inclusão escolar. Afirmou que com a união de todos poderíamos melhorar e provar que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos. Ratificou que as leis precisam ser cumpridas, precisa-se ser fiscalizar e mostrar que Petrópolis, cada vez mais pode ser acessível. A Sra. **Maria Luiza da Defesa Civil** pediu a palavra, alegou existir um grupo de estudos sobre as calçadas da cidade e todas as secretarias foram convidadas a participar, fizemos uma vivência em um percurso pelas calçadas da Rua 16 de Março e Rua do Imperador, e, na época, elaboramos um manual e está sendo discutidas as possíveis melhorias no acesso pelos técnicos da Defesa Civil. Passou a palavra para o Presidente da APADEV o Sr. **Marcio** que a todos cumprimentou e considerou ser a tarde um prazer ter sido convidado para audiência, pediu uma próxima audiência se invertesse a ordem das falas, onde pudéssemos fazer em primeiro a nossa colocação, pois, algumas pessoas precisaram se retirar, e essas pessoas não tiveram a oportunidade de nos ouvir. Afirmou que o deficiente visual leve de quatro a cinco anos para aprender a leitura em braile, hoje ele só tem 50 minutos por semana de aula no núcleo de atendimento. Onde estariam as pessoas que foram convidadas que poderiam responder as nossas questões? Afiançou que não adianta vir aqui e ouvir, precisa-se ser ouvidos e ter uma resposta das pessoas que estão no poder, colocar essas respostas em ação. Admitiu ter recebido menções honrosas desta casa, mas, trocaria por um trabalho executado, por ter as nossas necessidades atendidas. Garantiu que hoje a APADEV está fazendo um trabalho de atendimento com as famílias de deficientes visual, família estas vulneráveis, sem recursos, alegou estar fazendo eventos para arrecadação de alimentos para serem doados a essas famílias. Cientificou ser um braço do governo, precisamos ser ouvidos e atendidos. O Vereador **Marcelo da Silveira** retomou a palavra e agradeceu aos presentes e pediu que fossem listados os que não compareceram, Jorge Luis, enviamos 42 (quarenta e dois) convites para instituições ligadas direta ou indiretamente com a audiência de hoje, convidamos: PROCON, APAE, Instituto Iolanda Duarte, CPTRANS, PESTALOZZI, ENEL, Bombeiro Militar, Sindicato dos Rodoviários, Sindicato da Rede Hoteleira, INEPAC, TURISPETRO, IPHAN, CDL, SAMU, Órgãos de Comunicação da cidade, SEBRAC, Sindicato do Turismo e Hospitalidade, Colégio Santa Catarina, Instituto Jesus Monteiro, LABEST, FIRJAM, SERRATEC, SESC, CREA, alguns hotéis da cidade, SEBRAI, ARTE da Rua Teresa, SENAI, SETRANSPETRO e Defesa Civil. O Vereador **Marcelo da Silveira** agradeceu, novamente, o pronunciamento do Presidente da APADEV Marcio e os que estão presentes, estão aqui por respeito, agradeço ao Ministério do Trabalho, a Defesa Civil, e a FASE, 42 (quarenta e dois) convidados e 4 (quatro) ou 5 (cinco) que



compareceram. Iremos encaminhar um ofício pedindo uma resposta dos que não compareceram. O Sr. **Marcio** explicou que a audiência é um instrumento que possamos falar e que possamos ser ouvidos e tenhamos uma resposta dos órgãos competentes, e se estes órgãos não estiverem presentes, isto nunca irá acontecer. Com a palavra Sr. **Luciano** da Associação Pró-Deficiente, cumprimentou a todos e disse que falta muita coisa em nossa cidade em questão de acessibilidade, em média 20% da população com algum tipo de deficiência, temos vários cadeirantes e pouco se vê nas ruas. Declarou que como representante da Associação Pró-Deficiente tenho ido a vários bairros e tenho encontrado muitos problemas nas calçadas, os cadeirantes precisam se locomover nas ruas. Somos iguais queremos o direito de ir e vir, obrigado. Convido a Sra. **Aline** para fazer uso da palavra, ela que esteve na vistoria pelo centro histórico, achou que o cadeirante, ou com quem tem qualquer tipo de deficiência, não consegue ter uma vida melhor. Aproveitando que a presença do Vereador Professor Leandro Azevedo, por indicação médica preciso praticar atividades em uma academia e na cidade não tem academias acessíveis, o Vereador **Marcelo da Silveira** debateu aqui a questão da carteira de habilitação para deficientes, é muito difícil temos que ir ao Rio de Janeiro e a falta de informação é muito grande. O Vereador **Marcelo da Silveira** afirmou ter a auto-escola em Petrópolis adaptada e o DETRAN é no centro da cidade e só conseguimos fazer a perícia no Rio de Janeiro. O Sr. **Aldemir Motta**, membro do Conselho da Pessoa Idosa, gostei muito da colocação do Sr. Marcio sobre a falta de respeito, isso não acontece só com deficiente, o idoso também sofre com a falta de respeito. O Vereador **Marcelo da Silveira** usou da palavra, agradeceu a todos pela presença, esta Casa Legislativa se reuniu para tratar de temas importantes para nossa cidade, e hoje mais uma vez seguramente o fizemos. Assim, na certeza que o encontro dessa tarde foi uma oportunidade de nos colocarmos a serviço da sociedade, indo ao encontro dos anseios e expectativas que reflete o verdadeiro desejo do cidadão Petropolitano. Agradeço, mais uma vez, a presença de todos e declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito Obrigado.

Marcelo da Silveira
Vereador